



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 079/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1583/2014.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação – FUNDEB, vinculado à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Rossieli Soares da Silva, ordenador de despesas.

**6- Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 70/2014-DICAD/AM (fls. 95-99).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3446/2014-DIMP-MP-EFC (fls. 101-102), da lavra da Procuradora de Contas Evelyn Freire de Carvalho.

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação – FUNDEB, vinculado à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC. Exercício de 2013.

*Regular, com ressalvas. Recomendação à origem. Determinação à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, **à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que o reformulou retirando a aplicação de multa ali sugerida, em concordância com o voto-destaque da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,** e em parcial consonância com os posicionamentos exarados pelos Órgãos Técnico e Ministerial, no sentido de:

**9.1 - JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS,** a Prestação de Contas Anuais do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas de Educação Básica, vinculado à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, referente ao exercício de 2013, e sob a gestão do Sr. ROSSIELI SOARES DA SILVA, fazendo-se RECOMENDAÇÃO à origem quanto:

- a) à observância das disposições contidas na Lei nº 2.423/96;
- b) à observância do que dispõe o art. 5º do DL nº 27.040/2007;
- c) ao atendimento das determinações contidas nos arts. 9, I, II e III e parágrafo único; e 16 do DL 28.164/2008.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 079/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.2 - DETERMINAR** à SEPLENO que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.

**10- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de fevereiro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em exercício.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em exercício